

ANEXO I – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

BLOCO I

DIREITO CIVIL

1. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.
2. Das pessoas naturais. Das pessoas jurídicas. Do domicílio.
3. Dos fatos jurídicos. Do negócio jurídico. Dos atos jurídicos lícitos e ilícitos. Da prescrição e decadência. Da prova.
4. Do direito das obrigações. Modalidades das obrigações. Da transmissão das obrigações. Do adimplemento e extinção das obrigações. Do inadimplemento das obrigações.
5. Dos contratos em geral. Da compra e venda. Da venda com reserva de domínio. Da doação. Da locação de coisas. Do comodato e do mútuo. Da prestação de serviço. Da empreitada. Do depósito. Do mandato. Da corretagem. Do transporte. Do seguro. Da fiança. Arrendamento Mercantil.
6. Dos atos unilaterais. Da promessa de recompensa. Do pagamento indevido. Do enriquecimento sem causa.
7. Da responsabilidade civil. Da indenização por dano moral. Responsabilidade civil por perda de uma chance. Desconsideração da Personalidade Jurídica.
8. Do direito das coisas. Da posse. Da propriedade. A garantia do direito de propriedade em relação com sua função social e ambiental. Dos direitos de vizinhança. Do condomínio. Do condomínio edilício. Da propriedade resolúvel. Da propriedade fiduciária. Alienação fiduciária em garantia. Direito de Superfície. Loteamento e Incorporação Imobiliária.
9. Das servidões. Do compromisso de venda e compra. Garantias de dívidas: penhor e hipoteca.
10. Do direito de família. Da eficácia do casamento. Da dissolução da sociedade e do vínculo conjugal. Da proteção da pessoa dos filhos. Das relações de parentesco. Da filiação. Do reconhecimento dos filhos. Do poder

familiar, disposições gerais, exercício, suspensão e extinção. Do regime de bens entre os cônjuges. Alimentos. União estável. Tutela. Curatela.

11. Do direito das Sucessões. Sucessão legítima. Sucessão testamentária. Do inventário e da partilha.

12. Direito do Idoso.

13. Direito autoral.

14. Registros Públicos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Princípios Gerais do Direito Processual Civil.

2. Direito Processual Constitucional. Ações Constitucionais. Ação Civil Pública. Mandado de Segurança. Ação Popular. Mandado de Injunção. *Habeas Data*.

3. Natureza jurídica da ação. Classificação das ações. Condições da ação.

4. Processo. Procedimento. Sujeitos, Objeto e pressupostos da relação jurídica processual. Atos processuais. Forma, tempo e lugar. Validade, invalidade e convalidação dos atos processuais. Prazos no processo, contagem e preclusão. Gratuidade de Justiça.

5. Poder Judiciário e Órgãos Jurisdicionais. Organização Judiciária do Estado do Rio de Janeiro. Juizados Especiais Cíveis. Serviços auxiliares da Justiça.

6. Ministério Público. Partes em geral. Advogados e Defensoria Pública.

7. Jurisdição e competência dos Órgãos Jurisdicionais. Conflito de Competência.

8. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Petição inicial, Comunicações dos atos processuais. Defesa do Réu, revelia. Antecipação da tutela jurisdicional, saneamento do processo. Prova. Audiência.

9. Audiências. Prova. Julgamento conforme o estado do processo. O Juiz e a prova. Sentença e coisa julgada. Ação Rescisória.

10. Recursos. Requisitos de Admissibilidade. Efeitos. Espécies.

11. Cumprimento de sentença e processo de execução. Execução de obrigação de fazer, de não fazer, de dar e de pagar quantia. Execuções especiais e específicas. Defesas do executado. Liquidação de sentença. Embargos de terceiro.

12. Processo cautelar. Procedimentos cautelares específicos.

13. Procedimentos especiais de Jurisdição contenciosa e voluntária regulados no CPC e em outras Leis. Arbitragem.

DIREITO DO CONSUMIDOR

1. Princípios e conceitos gerais do Código de Defesa do Consumidor e demais normas pertinentes. Código Civil e CODECON. Pontos de divergência e convergência.

2. Direitos básicos do consumidor.

3. Fato e vício do produto e do serviço. Responsabilidade do fornecedor.

4. Prescrição e decadência.

5. Cláusulas e práticas comerciais abusivas, interpretação e abrangência. Oferta e publicidade. Revisão contratual.

6. Cobrança de dívidas. Bancos de dados e cadastros.

7. Defesa do consumidor em juízo. Prova. Inversão do ônus probatório. Desconsideração da personalidade jurídica.

8. Ações coletivas.

9. Responsabilidade específica das concessionárias de serviços públicos, instituições financeiras, planos de saúde, seguradoras e profissionais liberais. Contratação.

10. Sanções administrativas e penais. A política nacional de relações de consumo.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

1. Princípios e definições gerais do Estatuto da Criança e do Adolescente.

2. Dos Direitos fundamentais da criança e do adolescente.

3. Da família substituta. Guarda. Adoção. Tutela.
4. Medidas de proteção. Medidas aplicadas aos pais e responsáveis.
5. Da Prevenção.
6. Prática de ato infracional. Da remissão. Medidas socioeducativas.
7. Do Juízo da Infância e da Juventude, sua competência, seus procedimentos e recursos. Ministério Público. Advogado e Defensoria Pública. Serviços Auxiliares. Autorização para viagem.
8. Conselho Tutelar.
9. Crimes e Infrações Administrativas.

BLOCO II

DIREITO PENAL

1. Princípios constitucionais penais. Lei penal no tempo e no espaço. Teoria da ação. Causalismo. Finalismo. Tipo e tipicidade. Tipicidade conglobante. Crimes comissivos dolosos. Omissivos próprios. Comissivos por omissão.
2. Erro. Crime culposos. Código de Trânsito Brasileiro.
3. Antijuridicidade. Causas de justificação. Culpabilidade. Excludentes. Concurso de agentes. Autoria. Participação.
4. Consumação e tentativa. Desistência voluntária. Arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime impossível.
5. Teoria da pena. Pena privativa de liberdade. O sistema prisional. Penas de multa e restritivas de direitos. Aplicação da pena. Punibilidade. Causas de extinção. Descriminalização. Abolicionismo penal.
6. Execução penal e seus incidentes. Efeitos da condenação. Princípios limitadores ao poder punitivo. Crimes contra a pessoa.
7. Crimes contra o patrimônio. Violência familiar e doméstica contra a mulher. Idosos. Tortura. Crimes de preconceito de raça ou cor.

8. Crimes contra a fé pública. Crimes falimentares. Tráfico ilícito de drogas (Lei 11.343/06). Política de redução de danos. Crimes contra a saúde pública.

9. Crimes hediondos. Crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo. Crimes contra o meio ambiente.

10. Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a administração pública. Crimes contra a honra.

11. Contravenções penais. Crimes de menor potencial ofensivo. Crimes contra o sistema financeiro. Lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

12. O adolescente em conflito com a lei. Ato infracional. Medidas sócio-educativas. O Estatuto da Criança e do Adolescente. A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança – ONU, 20.11.1989.

13. Crimes militares. Código Penal Militar. Policiais militares e bombeiros militares. Crimes de abuso de autoridade. Estatuto do Desarmamento. Crimes da Lei 10.826/03.

14. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes dos prefeitos municipais e vereadores. Crimes eleitorais.

15. Imputabilidade. Medidas de segurança. Crimes qualificados pelo resultado.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. O processo penal. Princípios. Interpretação prospectiva. Sistema inquisitório. Sistema acusatório.

2. Princípios constitucionais do processo penal. Dignidade humana. Devido processo legal. Juiz natural.

3. Princípio da igualdade. Contraditório. Ampla defesa. Duração razoável do processo.

4. Duplo grau de jurisdição à luz do Pacto de São José. Presunção da inocência. Direito ao silêncio. Inadmissibilidade das provas ilícitas. Intervenções corporais no Processo Penal.

5. A investigação. O inquérito policial. Ação penal. Condições da ação. Ação penal pública. Ação penal privada. Denúncia. Aditamento. Queixa.

6. Jurisdição. Competência. Questões e processos incidentes. Prova. Das provas em espécie.

7. Sujeitos processuais. O Juiz. O Ministério Público. Assistente de acusação. Acusado. Defesa.

8. Interceptação telefônica e quebra de sigilo bancário. Organizações criminosas. Prisão em flagrante, prisão temporária, prisão preventiva e medidas cautelares (Lei 12.403/11). Liberdade provisória.

9. Atos processuais. Procedimento comum (art. 394/405, CPP). O procedimento do Júri.

10. Sentença. Princípio da correlação/congruência. Coisa julgada. Revisão criminal.

11. *Habeas Corpus*. Mandado de segurança. Nulidades.

12. Juizados Especiais Criminais. Ilícitos de menor potencial ofensivo. Medidas protetivas da Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha). Natureza jurídica. Processo por crimes de responsabilidade de Prefeitos e Vereadores.

13. Recursos. Princípios gerais e efeitos. Apelação. Recurso em sentido estrito. Reclamação. Carta testemunhável. Embargos Infringentes e de Nulidade. Embargos de Declaração.

14. Processo da Execução Penal (Lei 7210/84). Processo dos crimes militares praticados por policiais militares e bombeiros militares. Processo dos crimes relativos a entorpecentes.

15. Estatuto da Criança e do Adolescente. Imposição de medidas protetivas e sócio-educativas. Garantias processuais da criança e do adolescente na Lei 8069/90. O princípio da proteção integral (art. 227, da Constituição da República) e a Convenção sobre os Direitos da Criança – ONU, 20.11.1989.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Poder Constituinte originário, derivado e decorrente.

2. Classificações das Constituições. Rupturas institucionais.

3. Evolução político-constitucional brasileira.

4. Organização do Estado Brasileiro.

5. Os mecanismos de participação do cidadão, do povo e da sociedade na vida política e administrativa Brasileira dispostos na Constituição Federal de 1988.
6. Hermenêutica constitucional.
7. Positivismo e pós-positivismo.
8. Sistema de controle de constitucionalidade das leis e atos normativos.
9. Controle da constitucionalidade das leis e atos normativos federais, estaduais e municipais em relação à Constituição da República Federativa do Brasil.
10. Controle da constitucionalidade das leis e atos normativos federais, estaduais e municipais em relação às Constituições Estaduais.
11. Arguição de inconstitucionalidade no Estado do Rio de Janeiro.
12. Processo legislativo e espécies normativas.
13. Direitos humanos.
14. Direitos fundamentais explícitos e implícitos.
15. Garantias ativas e passivas dos direitos fundamentais.
16. Convenções e tratados internacionais sobre direitos humanos. Conflito entre direitos fundamentais.
17. Direitos da cidadania
18. Intervenção Federal e intervenção Estadual.
19. Defesa do Estado e das instituições democráticas.
20. Forças Armadas e segurança pública.
21. Princípios constitucionais da Administração Pública.
22. Princípios constitucionais da ordem econômica.
23. Organização do Poder Judiciário na Constituição Federal de 1988. Ordem social na Constituição Federal de 1988: educação e cultura, ciência e

tecnologia, comunicação social, meio ambiente, família, criança, adolescente, idoso; direito à proteção especial; índios.

DIREITO ELEITORAL

1. Normas constitucionais eleitorais - princípios de direito eleitoral
2. Organização da justiça eleitoral.
3. Competência da justiça eleitoral.
4. Direitos políticos. Nacionalidade. Cidadania. Sufrágio e suas espécies.
5. Alistamento eleitoral. Domicílio eleitoral.
6. Votação e apuração.
7. Sistemas eleitorais.
8. Inelegibilidade e elegibilidade eleitorais.
9. Perda e suspensão dos direitos políticos.
10. Partidos políticos.
11. Contencioso eleitoral. Ações eleitorais. Investigação judicial eleitoral por abuso do poder econômico e/ou político. Ação rescisória eleitoral.
12. Recursos eleitorais. Recurso contra a diplomação.
13. Minirreforma eleitoral de 2006.
14. Propaganda eleitoral.
15. Crimes eleitorais.

BLOCO III

DIREITO EMPRESARIAL

1. Objeto, fontes e autonomia do Direito Empresarial. O Direito de Empresa no novo Código Civil. Perfis da empresa. A empresa e a livre iniciativa. Limites ao exercício da empresa. O empresário. O comerciante. Caracterização. Atividades não empresariais. Contrato de locação empresarial. Particularidades. Disciplina legal. Ação renovatória. Condições. Legitimidade. Prazos. Dispensa de renovação. Procedimento na ação renovatória. Teoria dos Títulos de Crédito. Conceito de título de crédito no Código Civil. Títulos de crédito, títulos de legitimação e valores mobiliários. Características e atributos dos títulos de crédito. A emissão do título a partir de caracteres eletrônicos. Classificação dos títulos de crédito quanto ao conteúdo e circulação. Títulos à ordem, não à ordem, ao portador e nominativos.

2. Nome empresarial. Espécies: firma individual, razão social e denominação. Formação. Proteção legal. Título de Estabelecimento, insígnia, marca e sinais de propaganda. A proteção legal a estes elementos da empresa. Contrato de alienação fiduciária em garantia. Noções Gerais. Estrutura. Disciplina legal. Partes. Requisitos do Contrato. Inscrição. Inadimplemento. Constituição em mora do fiduciante. Ação processual adequada. Alienação fiduciária de imóveis. Letra de Câmbio. Legislação. Convenção de Genebra e Decreto nº 2044/1908. A questão das reservas à lei uniforme. Noções Gerais. Requisitos essenciais. Modalidades. Vencimento e pagamento. Lugar de apresentação. Saque. Obrigação do sacador. Aceite. Lançamento e Modalidades. Responsabilidade do Aceitante.

3. Estabelecimento empresarial. Natureza jurídica. Estabelecimento e empresa. Elementos corpóreos e incorpóreos. A cessão do estabelecimento comercial. Contratos para a exploração do estabelecimento. Vedação de concorrência. Os atributos da empresa: clientela e aviamento. Contrato de arrendamento mercantil. Noções Gerais. Elementos do contrato. Disciplina Legal. Natureza Jurídica. Obrigações das partes. Pagamento de valor residual garantido (VRG). Lease-back. Arrendamento residencial. Protesto. Função e importância. Documentos eletrônicos. Efeitos. Legislação. Procedimento. Modalidades de protesto. Dispensa do protesto. Prazos. Sustação e Cancelamento do protesto.

4. Empresário Individual. Capacidade. Impedimentos ao exercício da empresa. O prosseguimento da empresa pelo incapaz. Autorização judicial. Participação de pessoas casadas em sociedade. Arquivamento de documentos na Junta Comercial que impliquem em alteração na situação patrimonial do empresário. Contrato de franquia empresarial. Disciplina legal. Natureza jurídica. A circular de oferta de franquia. Direitos e obrigações das partes. Contratos acessórios. Endosso. Conceito e natureza jurídica. Endosso e cessão de crédito. Modalidades. Endosso parcial. Pluralidade ou cadeia de endossos. Endosso mandato, endosso caução e endosso póstumo. Cancelamento.

5. Sociedades Empresárias. Caracterização. Tipos societários. Elementos. Classificação. Natureza do ato constitutivo. Personalidade Jurídica. Sociedades em comum. Contrato de cartão de crédito. Sistema de cartão de crédito. Natureza Jurídica. Características. Direitos e obrigações das partes. Incidência. Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90). Aval. Finalidade. Características. Aval e Fiança. Lançamento e modalidades. Aval de pessoa casada e de sociedade. Responsabilidade do avalista. Pluralidade de avais. Avais Simultâneos e Sucessivos. Aval posterior ao vencimento.

6. Sociedades por ações. Espécies. Sociedade Anônima. Origem e evolução. Características principais. Constituição. Subscrição pública e particular do capital. Projeto de estatuto. Natureza do ato constitutivo. Companhia aberta e fechada. Registro na C.V.M. Contratos bancários. Características. Operações bancárias. A intervenção do Estado nos negócios bancários. Incidência do Código de Defesa do Consumidor. Contrato de utilização de cofre de segurança. Letra de câmbio. Prescrição. Ação de locupletamento. A responsabilidade em caso de desapossamento da letra de câmbio: teorias da criação e da emissão. Ação de anulação e substituição de títulos.

7. Falência. Princípios Gerais. Pressupostos. Caracterização da falência. Declaração. Efeitos da Falência quanto aos sócios. Contratos de agência e distribuição. Distinção. Obrigações do proponente e do agente. Garantia de zona. Remuneração do agente. Contrato de corretagem. Obrigações do corretor. Remuneração. Pluralidade de corretores. Dispensa do corretor. Acionistas: direitos e obrigações. Direito a voto e seu exercício abusivo. Acordo de acionistas. Acionista controlador. Abuso do poder de controle.

8. Sociedade Anônima. Capital social. Formação. Avaliação. Aumento e redução do Capital Social. Direito de preferência. A sociedade anônima de capital autorizado e as opções de compra de ações. Processo Falimentar. Juízo da falência. Legitimidade ativa e passiva na falência. Procedimento nos requerimentos de falência com base no art. 94 da Lei de Falências. Defesas do devedor. Matéria relevante. Depósito elisivo. Sentença de falência: conteúdo, publicidade e recursos. Sentença denegatória. Ação cambial. Relação cambial. Defesas admissíveis. Cambial. Prescrição. Ação de locupletamento.

9. Dos efeitos jurídicos da sentença de falência em relação aos direitos dos credores e em relação à pessoa do falido. Prisão do falido. Direitos e deveres do falido. Pedido de continuação provisória do negócio. Dos efeitos jurídicos da sentença de falência em relação aos bens do falido e em relação aos contratos da empresa falida. Dissolução, liquidação e extinção das sociedades. Modalidades de dissolução de liquidação. Deveres e responsabilidades do liquidante. Partilha do acervo remanescente. Direito dos credores não satisfeitos. Transformação, fusão, incorporação e cisão de sociedades.

Protocolo e justificação. Direito dos credores. Direito de Recesso. Shopping Centers. Aspectos jurídicos do shopping center. Conceito. Estrutura do negócio jurídico. Personagens. Aplicação da Lei nº 8.245/91.

10. Administração da falência. Juiz. Órgão do Ministério Público. Administrador Judicial. Nomeação, impedimentos, investidura, deveres, substituição e destituição. Assembléia Geral de Credores. Comitê de Credores. Sociedade limitada. Características. Disciplina legal. Nota Promissória. Características. Requisitos essenciais. Emissão em branco e ao portador.

11. Da ineficácia dos atos praticados pelo devedor antes da falência. Atos revogáveis. Ação Revocatória. Capital social. Constituição. Integralização. Aumento e redução do capital. Regência supletiva pelas normas da sociedade simples. Aplicação das normas da sociedade anônima à sociedade limitada. Nota promissória vinculada a contrato. Responsabilidade do emitente ou subscritor. Nota promissória emitida no interesse exclusivo do mandatário.

12. Dos efeitos jurídicos da sentença de falência. Em relação aos bens do falido. Arrecadação dos bens do falido. Inventário. Custódia de bens. Venda antecipada de bens. Aquisição e adjudicação dos bens pelos credores. Pedido de restituição e embargos de terceiros. Habilitação, verificação e classificação dos créditos. Créditos não sujeitos à habilitação. Pedido de reserva. Habilitação retardatária. Quadro geral de credores. Ação revisional de crédito admitido à falência. Sociedade limitada. A figura do sócio. Sócio pré-morto. Sucessão. Sócio remisso. A responsabilidade do sócio que se retira ou é excluído. Apuração de haveres. Tipos de cheques. Formas de circulação. Endosso e aval. Noções Gerais. Natureza Jurídica. Requisitos intrínsecos e extrínsecos. Pressupostos de emissão.

13. A liquidação na falência. A realização do ativo e o pagamento do passivo. Formas de alienação. Pagamento dos credores. Encerramento da falência e extinção das obrigações do falido. Reabilitação civil do falido. Sociedade por quotas. Cessão de quotas. Forma de transferência. Aquisição das quotas pela sociedade. Propriedade Industrial. Legislação. Marcas. Espécies. Classificação. Âmbito da proteção. Marca notória e de alto renome. Registro. Cessão de direitos. Extinção. Desenho Industrial.

14. Recuperação judicial da empresa. Assembléia Geral. Objetivo. Legitimidade. Requisitos. Meios de recuperação. Plano de recuperação. Prazo. Procedimento da recuperação. Plano de recuperação para microempresa e empresas de pequeno porte. Concessão. Efeitos. Convolação da recuperação judicial em falência. A quota social. Natureza. Co-propriedade. Indivisibilidade. Cessão, penhor e penhora da quota. Cheque. Ação de cobrança. Facultatividade do protesto. Prescrição. Ação de locupletamento.

15. Recuperação extrajudicial. Requisitos. Efeitos. Procedimento. Credores abrangidos pelo plano. Desistência do pedido. Disciplina Jurídica da Concorrência. Princípio constitucional da livre iniciativa. Concorrência desleal. Modalidades de concorrência desleal. Repressões: civil e penal. Infração da ordem econômica. Órgãos administrativos de repressão às infrações. CADE e INPI. Condutas infracionais. Sanções por infração da ordem econômica. Duplicata mercantil. Natureza jurídica. Requisitos. A vinculação da duplicata à fatura.

16. Instituto da recuperação (Lei nº 11.101/05). Aspecto multidisciplinar da Lei. Interpretação principiológica. Sucessão, de qualquer espécie, nas obrigações do devedor. Contratos empresariais. Noções gerais. Formação do contrato. Contrato por correspondência. Momento de sua formação. Contratos de adesão. Remessa da duplicata e aceite. A duplicata sem aceite. A retenção da duplicata. Endosso e aval. Ação de cobrança. Triplicata. Fatura e duplicata de prestação de serviços.

17. Sistema Financeiro Nacional. Constituição. Estrutura e funções do Sistema Financeiro Nacional. Competências de suas entidades integrantes. Instituições financeiras públicas e privadas. Contrato de transporte de pessoas. Formação e classificação. Incidência do Código de Defesa do Consumidor. Cláusulas abusivas. Transporte de passageiros. Direitos e obrigações do passageiro e do transportador. Bilhete de passagem. Transporte benévolo e responsabilidade civil. Propriedade Industrial. Legislação. Patentes: invenção e modelo de utilidades. Requisitos para a concessão de patentes. Cessão de direitos. Licença compulsória. Extinção da patente.

18. Sociedade limitada. Administração. Indicação de administradores estranhos ao quadro social. Investidura e destituição. Publicidade. Responsabilidade do administrador. Delegação de poderes. Contrato de comissão. Partes. Obrigações e responsabilidades. Remuneração do comissário. Comissão *del credere*. Contrato de Representação ou Agência. Características da representação. O representante é um empresário? Exclusividade da representação. Comissão sobre as vendas. Foro competente. Natureza do crédito na falência do representado. Conhecimento de frete ou de transporte. Natureza jurídica. Figuras intervenientes. Formas de circulação. A responsabilidade do endossante. O *stoppage in transitu*. A responsabilidade do emitente. Cláusula de não indenizar. Conhecimento de transporte multimodal.

19. Deliberações sociais. O conceito de maioria. Assembléia e reunião de quotistas. Dispensa. Convocação e instalação. Quorum. Ilegalidade e a responsabilidade dos sócios. O conselho fiscal na sociedade limitada. Dissolução, liquidação e extinção da sociedade. Unipessoalidade temporária. Abuso do direito e fraude através da personalidade jurídica. Doutrina da

desconsideração da pessoa jurídica. Conhecimento de depósito e warrant. Legislação. Emissão. Circulação. O primeiro endosso do warrant. A responsabilidade do endossante do conhecimento. O procedimento de cobrança do warrant. A execução do saldo.

20. Deveres e responsabilidades dos administradores. Ação de responsabilidade. Contrato de *factoring*. Definição. Características. Partes: faturizador (*factor*) e faturizado. A cessão dos créditos ao *factor*. Obrigações acessórias. Cédulas e Notas de Crédito: rural, industrial, comercial e à exportação. As garantias da cédula de crédito. Sua circulação. A inscrição da cédula. Processo de execução da cédula. A capitalização de juros. Outros títulos de crédito rural: duplicata rural e nota promissória rural. Cédula de Produto Rural (CPR). Cédula de crédito bancário.

DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Poder de tributar e competência tributária. Imposto sobre serviços de qualquer natureza – perfil do tributo. Ilícitos e sanções tributários.

2. Fontes da norma tributária. Competência tributária estadual. Medidas coercitivas para cobrança do crédito tributário.

3. Princípios tributários da legalidade e da determinação conceitual. Competência tributária municipal. Execução contra a Fazenda Pública.

4. Princípio da irretroatividade e da anterioridade da lei tributária. Classificação dos tributos e, em especial, dos impostos. Processo administrativo tributário.

5. Princípios tributários de vedação ao confisco e da livre circulação. Imposto sobre a transmissão *causa mortis* e sobre doações. ICMS - benefícios fiscais.

6. Princípio da igualdade tributária e subprincípios derivados. Imposto sobre a propriedade de veículos automotores. Limites da coisa julgada em matéria tributária.

7. Princípio da capacidade contributiva e seus corolários. ICMS – Seletividade. Fato gerador da obrigação tributária.

8. Imunidades. Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana. Obrigação e créditos tributários. Lançamento tributário.

9. Vigência e aplicação da lei tributária. Imposto sobre serviços de qualquer natureza – competência. Execução fiscal: garantias do Juízo.

10. Interpretação e integração da legislação tributária. Imposto sobre a transmissão onerosa de bens imóveis. Imposto de Renda Retido na Fonte.

11. Obrigação tributária: sujeição ativa e passiva. Taxas. Ações constitucionais de controle concentrado em matéria tributária.

12. Responsabilidade pro substituição tributária. ICMS - não-cumulatividade. Conflito ICMS x ISS.

13. Responsabilidade tributária dos sucessores e de terceiros por infrações. Contribuições de melhoria. Execução fiscal: defesa do executado e de terceiro.

14. Obrigação tributária: base de cálculo e alíquota. Contribuições especiais. Exceções na execução fiscal.

15. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Garantias e privilégios da Fazenda Pública. Taxa judiciária, custas e emolumentos.

16. Extinção do crédito tributário. Dívida ativa. Processo judicial tributário: ações declaratórias e anulatórias.

17. Conflito IPTU x ITR. Evasão e elisão fiscais. Norma antielisiva. Interpretação econômica. Processo judicial tributário: mandado de segurança.

18. Decadência e prescrição do crédito tributário. Administração e fiscalização tributárias. Certidões negativas. Processo judicial tributário: ação consignatória.

19. Isenções não-incidência, alíquota zero. Precatórios nas relações tributárias. Processo judicial tributário: ação repetitória; ação com pedido compensatório.

20. Exclusão do crédito tributário. Consulta Fiscal. Processo judicial tributário: medidas cautelares.

DIREITO AMBIENTAL

1. A Constituição e o Meio Ambiente. O artigo 225: objetivo, alcance e reflexos. Ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental. Natureza pública da proteção ambiental. Tratados Internacionais sobre tema ambiental.

2. Federalismo e Meio Ambiente. Sistemas de competência dos Entes Federados.

3. Princípios constitucionais ambientais. Princípio da solidariedade intergeracional. Princípio do desenvolvimento sustentável. Princípio do

poluidor-pagador. Princípio da função socioambiental da propriedade. Princípio da prevenção. Princípio da precaução. Princípio da participação. Princípio da informação ambiental. Princípio da ubiquidade. Princípio da moralidade e o meio ambiente. Outros princípios ambientais implícitos ou extraíveis do sistema constitucional.

4. Deveres genéricos do Poder Público em relação ao meio ambiente. Deveres específicos do Poder Público em relação ao meio ambiente. Competências administrativa, legislativa e jurisdicional em matéria ambiental. Conservação Ecológica. Proteção do Solo. Proteção do Ar. Proteção da Água. Proteção Marinha. Proteção Florestal. Proteção à Fauna.

5. A comunidade e a tutela do ambiente. Política Nacional de Educação Ambiental. Participação popular na política pública ambiental. Participação popular na administração, no Parlamento e no Judiciário.

6. Responsabilidade Administrativa Ambiental. Responsabilidade Civil Ambiental. Dano e reparação.

7. Patrimônio ambiental natural. Ar, Água, Solo, Flora, Fauna, Patrimônio ambiental cultural. Patrimônio ambiental artificial. Patrimônio genético, biotecnologia e biossegurança. Política Nacional da Biodiversidade. Espaços ambientais. Unidades de Conservação. S.N.U.C. Manejo sustentável. Zoneamento Ambiental.

8. Licenciamento ambiental. Estudo prévio de impacto ambiental. EIA/RIMA.

9. Poluição da água. Poluição Atmosférica. Poluição Visual. Poluição por resíduos sólidos. Poluição por atividades nucleares. Agrotóxicos.

10. Responsabilidade Ambiental. Sanções ambientais. Lei Federal 9.605/98.

11. Ética Ambiental. Fundamento constitucional. Ecologia ou Antropologia. Estado Constitucional Ecológico. A Ética e o ambiente natural, cultural e artificial. A ética ambiental e o Estatuto da Cidade.

12. Tutela Extrajudicial do Meio Ambiente. Tutela judicial do Meio Ambiente: ação civil pública, ação popular, ação objetivando obrigação de não fazer ou de fazer. Ação demolitória. Mandado de Segurança Coletivo. Mandado de Injunção Ambiental. Prescrição.

13. Política Ambiental e Urbanismo.

14. Constituição Federal e do Estado do Rio de Janeiro.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Função administrativa: definição e distinção de outras funções estatais. Atos administrativos: conceito, elementos, existência, validade e eficácia. Atributos dos atos Administrativos. Desapropriação. Fontes normativas, competências, destinação dos bens apropriados. Fase declaratória. Ação de desapropriação. Transferência da propriedade.

2. Administração Pública. Aspectos formais, materiais e subjetivos. Princípios informativos: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, finalidade, continuidade, indisponibilidade, autotutela, supremacia do interesse público, igualdade, presunção da legitimidade, auto-executoriedade, especialidade, eficiência, hierarquia, isonomia, princípio da razoabilidade, da proporcionalidade, da segurança jurídica. Atos administrativos quanto aos tipos de provimentos, considerações gerais. Atos administrativos em espécie. Classificação dos atos Administrativos. Atos vinculados e discricionários, simples e complexos. Motivação – teoria dos motivos determinantes. Mérito Administrativo. Ação de Desapropriação. Sentença – natureza jurídica. Indenização – juros moratórios e compensatórios, atualização monetária, honorários, direitos de terceiros.

3. Função administrativa: Regime jurídico administrativo. Poderes Administrativos. Poder regulamentar, poder de polícia, poder hierárquico e poder disciplinar. O uso e o abuso do poder. Excesso de poder, desvio de finalidade, omissão da Administração. Regime jurídico do ato administrativo. Direito de extensão, retrocessão, direito de preferência, desapropriação rural, desapropriação por zona. Desapropriação confiscatória. Desistência. Extensão do controle jurisdicional na ação de desapropriação. Desapropriação indireta.

4. Estado, Administração e Governo. Centralização e descentralização. Desconcentração. Órgãos e agentes públicos, Administração direta e indireta. Princípios – da reserva legal, da especialidade e do controle. Requisitos extrínsecos dos atos administrativos e seus elementos. Classificação dos bens públicos. Bens públicos. Domínio público e domínio eminente.

5. Concessão de Serviços Públicos. Fontes normativa constitucional e infraconstitucional. Modalidade de concessão. Natureza jurídica. Política tarifária, fiscalização e encargos do concedente. Responsabilidade e encargos do concessionário. Prazo da concessão, extinção e reversão. Elementos do ato administrativo. Atos declaratórios, constitutivos e constitutivos formais. Regime jurídico dos bens públicos. Gestão patrimonial.

6. Permissão de Serviços Públicos. Conceito, natureza, referências constitucionais. Aplicação de regras das concessões. Extinção. Serviços

públicos autorizados. Atos administrativos *Interna Corporis*. Atos políticos. Aquisição dos bens públicos.

7. Empresas Estatais. Regime jurídico da empresa prestadora de serviços públicos e da empresa que explora atividades econômicas pelo Estado. Vinculação e discricionariedade dos atos administrativos. Alienação de bens públicos. Afetação, desafetação.

8. Autarquias e fundações. Extinção dos atos administrativos. Gestão dos bens públicos.

9. Atuação do Estado no Domínio Econômico. Estado Regulador, Estado Executor e Estado Monopolista. Agência reguladora. Fonte normativa. Natureza jurídica. Função. Invalidação dos atos administrativos. Agentes públicos. Agentes políticos. Servidores públicos. Princípios constitucionais aplicáveis aos servidores públicos: concurso público, estabilidade, disponibilidade, proibição de acumular, teto remuneratório, irredutibilidade e isonomia de vencimentos. Acumulação de cargos públicos. Regime jurídico.

10. Garantia dos administrados: mandado de segurança individual e coletivo. Revogação do ato administrativo: conceito. Fundamento da competência revogatória. Organização funcional. Cargo, emprego e função pública. Classificação dos cargos públicos. Criação, transformação e extinção de cargos. Provimento. Investidura, reingresso. Direito adquirido dos servidores. Responsabilidade do Servidor Público.

11. Garantias dos administrados. Ação popular. Revogação do ato administrativo: Regime jurídico. Limites. Estrutura do provimento revogatório. Atos afins à revogação. Agentes públicos: direito de greve e sindicalização. Aplicabilidade dos direitos sociais. O estágio probatório e o devido processo legal. Regime jurídico dos cargos em comissão.

12. Garantias do administrado: Ação civil pública. Poder de polícia: características, espécies e limites. Agentes Públicos. Exoneração. Demissão.

13. Garantias do administrado: Habeas Corpus, Habeas Data, Mandado de Injunção. Responsabilidade extracontratual do Estado. Postulados do Estado de Direito. Histórico da responsabilidade estatal. Responsabilidade por atos omissivos. Agentes públicos. Promoção e progressão funcional. Aposentadoria.

14. Procedimento e processo administrativo. Processos revisivos, sancionatórios e disciplinares. Procedimentos nominados e inominados. Responsabilidade extracontratual do Estado. Responsabilidade civil da Administração por atos lícitos e ilícitos. Responsabilidade por atos legislativos e

judiciais. Agentes Públicos. Improbidade Administrativa. Crimes de responsabilidade.

15. Procedimento e processo administrativo: Princípios. Devido processo legal. “Juiz Natural” ou administrador competente. Amplo contraditório. Responsabilidade extracontratual do Estado: responsabilidade objetiva do Estado e subjetiva do funcionário. Da ação regressiva. Limitações à liberdade e à propriedade. Função social da propriedade. Proteção constitucional da propriedade.

16. Procedimento e processo administrativo: Direito à produção de provas. Verdade material ou princípio inquisitório. Informalismo a favor do administrado. Direito à revisibilidade (duplo grau). Direito à defesa técnica. Responsabilidade extracontratual do Estado. Danos indenizáveis. Danos morais. Responsabilidade por atos praticados por prestadores de serviço público, pessoa jurídica de direito privado. Responsabilidade por dano decorrente do planejamento. Distinções entre as limitações e as restrições à propriedade. Poder de polícia. Restrições administrativas.

17. Procedimento e processo administrativo: Sindicância. Direito ao silêncio. Proibição da *reformatio in pejus*. Tipos de processos revisivos. Coisa julgada administrativa. Responsabilidade extracontratual do Estado: Atos praticados pelo Legislativo e Judiciário. Limitações e restrições à propriedade. A preservação do patrimônio histórico, artístico, cultural e estético. Tombamento. Intervenção sancionatória: multa, interdição, destruição da coisa e confisco. Parcelamento e edificação compulsória.

18. Procedimento e processo administrativo: fases propulsiva, instrutória e decisória. As decisões colegiadas. Fase integrativa ou de ingração. Prescrição administrativa. Responsabilidade extracontratual do Estado. Excludentes da responsabilidade. Medida Provisória: seus pressupostos e limites. Medida Provisória não convertida em lei. Limitações e restrições à propriedade: servidões administrativas. Requisições. Ocupação temporária de imóvel.

19. Contratos administrativos: Regime jurídico. Requisitos e formalidades. Causa do contrato. Formalidades do contrato. Garantia. Direitos do contratante e do contratado. Espécie de Contratos Administrativos. Contratos de obra, de serviços, de fornecimento e de concessão. O controle da administração pública. Controle externo pelo legislativo com auxílio dos Tribunais de Contas. O controle externo pelo Judiciário. O controle Parlamentar. Licitações. Disciplina normativa. Conceitos e princípios. Normas Gerais. Modalidades. Procedimento. Dispensa, dispensabilidade e inexigibilidade.

20. Contratos administrativos. Duração do contrato – prorrogação, renovação e inexecução. Controle. Extinção do contrato. Desbalanceamento da equação econômico-financeira do contrato. Reajuste-revisão. Fiscalização pelos Tribunais de Contas. Extinção do contrato administrativo. Licitação: na administração indireta. Representação, reconsideração, recursos. Invalidação. Revogação. Sanções Administrativas. Orçamento Público. Elaboração. Aprovação. Execução. Lei de Responsabilidade Fiscal.